

Ethos homodigital: dissidências sexuais nas cibercidades¹

Lucas BRAGANÇA da Fonseca²
Ana Paula Miranda COSTA Bergami³

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

Resumo

Vítimas de uma homofobia endêmica, os homossexuais se encontram, ainda, utilizando espaços negociados para sua vivência e experiências. O território urbano, sempre pensado dentro da lógica heterossexista, compreende a sexualidade homossexual como restrita a esfera privada. Com a popularização da internet e dos dispositivos móveis, uma nova forma de sociedade surge e, com ela, as cibercidades. Apropriando-se dessas tecnologias, a comunidade gay desenvolveu redes de relações afetivas e sexuais remotas que se concretizam no espaço urbano. Nesse contexto, mesmo encontrando um ambiente mais seguro para desenvolver sua sociabilidade e sexualidade, essa perspectiva também se alinha as expectativas gentrificadoras da homossexualidade.

Palavras-Chave: homossexualidade; espaço urbano; cibercidade; mídias digitais; sociabilidade.

Todo dia um coiô⁴ diferente: homofobia e espaço urbano

Era uma vez uma, uma bicha bichérrima que sonhava em dar a elza no coração de um ocó encantado. Toda sexta era dia da bichinha se montar. Fazia a chuca, arrumava o picumã e saía toda pintosa para dar close no caminhão de suas amigas fanchas. Nunca fazendo a egípcia, a bichinha sempre flertava educadamente com os bofes, de cafuçus à barbies, tentando realizar seu sonho de princesa. Em uma dessas noites “que tiro!”: a bichinha se apaixonou. Sem fazer a linha tímida, contrariando azamigas, ela se jogou, desfilou até o boy e falou “inhaí?”. O bafão rolou. O babado não era certo e o bofe, fazendo o king kong, quebrou o corpo e os sonhos da pobre bichinha⁵.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática 7 - Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Mestrando em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bacharel em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela mesma instituição. Pesquisador bolsista pela Capes e integrante do CIA – Grupo de estudos em Comunicação, Imagem e Afetos. E-mail: [lucasbragancafonseca@gmail.com].

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bacharel em Comunicação (Jornalismo), pela Ufes. Graduanda em Letras Português pela Ufes. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Ufes. E-mail: [anapaulamirandacosta@hotmail.com].

⁴ No pajubá o termo “coiô” tem relação com a violência. “Levar um coiô” significa apanhar.

⁵ Todas as expressões aqui utilizadas pertencem ao léxico gay, o pajubá. A saber: dar a elza (roubar); ocó (homem); montar (arrumar, produzir); fazer a chuca (edema, lavagem estomacal); picumã (cabelo); pintosa (homossexual afeminado); dar close (chamar atenção); fanchas (lésbicas masculinas); fazer egípcia (demonstrar desinteresse, ignorar); bofe (homem masculino); cafuçu (homem de beleza rústica); barbie (homem malhado); sonho de princesa (desejo quase impossível); que tiro (expressão positiva de surpresa); inhaí (olá); bafão (confusão, briga); babado (informação); fazer king kong (exibir masculinidade exacerbada).

É assim que muitas das “histórias de amor” se consomem na comunidade LGBT⁶. Enquanto a vida heterossexual, dominante nos espaços das cidades, permite que esses indivíduos se relacionem das mais plurais maneiras, a população homossexual⁷ se vê, em geral, inerte quanto a espontaneidade em suas relações interpessoais afetivas e sexuais. Esses indivíduos têm grande parte de sua vivência fadada a em redutos gays e, cada vez mais, a ambientes digitais por conta, principalmente, do medo constante das demonstrações de afetividades se converterem em atos de violência.

As restrições sociais para a população LGBT têm início desde os primeiros passos do descobrimento da própria sexualidade. A rejeição durante o período escolar ou mesmo o aprendizado de seu enquadramento sexual e identitário como anormal acabam tolhendo a expressão homossexual, fazendo com que uma grande parcela dessa população adote normas comportamentais que silenciam ou restringem seus desejos. Como coloca Miskolci (2016, p.33) a injúria é a primeira experiência delimitadora dos comportamentos sexuais dissidentes.

A falácia do movimento contemporâneo para uma sociedade igualitária, que reconhece e abraça as diferenças, esbarra no empirismo quando analisamos estatísticas de violência contra homossexuais no Brasil. Não somos apenas o país que mais mata LGBTs no mundo (quase 1 a cada 24 horas), como, no último ano, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB)⁸, alcançamos um novo patamar nas mortes dessa população⁹.

Esse crescimento alarmante, indica, como fala o antropólogo Luiz Mott nesse mesmo relatório, “apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue” dado ao fato de não haver estatísticas oficiais sobre esse tipo de crime, provando a “incompetência e homofobia governamental”. O essencial trabalho desenvolvido pelo GGB é, então, apenas um esboço da realidade nacional, dado fato do levantamento ter como fonte principal portais de notícias e veículos de comunicação, o que poderia indicar uma realidade ainda mais cruel.

⁶ Adotaremos a sigla LGBT como representante da aglutinação das dissidências sexuais em consonância ao padrão adotado pelos movimentos sociais e pelo governo brasileiro após a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais realizada em Brasília em 2008. Compreendemos, no entanto, que essa sigla é insuficiente na tentativa de categorização das sexualidades humanas.

⁷ Nessa discussão, parto da compreensão desses espaços utilizando a ótica dos homossexuais masculinos. O entendimento da relação do espaço urbano com uma comunidade plural como a LGBT demandaria outros tipos de incursões, já que as vivências das dissidências sexuais, muitas vezes, dependem de outros fatores, como raça, gênero, identidade, classe social, que apenas esse artigo não comportaria.

⁸ Para ver o relatório completo, acesse: < <http://bit.ly/2pmXox2> >

⁹ O estudo do GGB mostra que em 2000 houveram 130 casos notificados de mortes por motivações homofóbicas, enquanto em 2016 esse número já era de 343.

Se contemporaneamente a realidade brasileira é a de conquista das dissidências sexuais na esfera legal através, por exemplo, da aprovação do casamento homoafetivo e do nome social para travestis e transexuais, cotidianamente as reverberações positivas no espaço urbano são difíceis de serem percebidas.

Os indivíduos LGBT vivem em um estado contínuo de insegurança, culminando ao ponto do desenvolvimento de estratégias de segurança próprias, utilizadas mesmo em áreas conhecidas como redutos gays, como aponta reportagem da Folha¹⁰. Andar sempre em grupos, não beijar o namorado(a) em público, evitar lugares abertos, evitar andar de mãos dadas, não dar pinta, são, não só subterfúgios de convívio social, mas de sobrevivência. A vivência pública homossexual é, como aponta a matéria da Folha, uma vida castrada e de privações. Segundo Portinari (2015, p.13):

A situação no exterior não é muito diferente, como mostram os relatos publicados sobre diversas cidades do mundo, inclusive aquelas consideradas verdadeiras “capitais da tolerância”, como Londres e Nova York. Em 2013, jornais nova-iorquinos publicaram diversas reportagens denunciando um aumento dos ataques a gays nas ruas da cidade. Nesse ano, segundo o Departamento de Polícia de Nova York, houve um aumento de mais de 50 por cento de número de casos em relação ao ano anterior, bem como um agravamento da natureza e da severidade dos ataques.

Neste sentido as questões da segurança dos territórios são fatores importantes na compreensão das relações do espaço urbano com as sexualidades. Como fala Rachel Pain em “*Gender, Race, Age and Fear in the City*” (2001), a violência e os crimes cometidos por conta das sexualidades e das identidades LGBT constroem um medo estrutural. Miskolci (2016, p. 34) caracteriza esse medo como “terror cultural”, o compreendendo como algo onipresente e coletivamente imposto:

Em uma perspectiva sociológica, há uma lógica de imposição de normas por trás de uma forma de violência sempre à espreita, pois quando sabemos que ela pode acontecer, mas não quando nem de onde ela virá, aprendemos a nos comportar de forma “segura”, ou seja, de uma forma que nos coloque ao abrigo de suas manifestações. O terrorismo cultural é um nome que busca ressaltar a maneira como opera socialmente o heterossexismo, fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória.

Esse medo se encontra culturalmente engendrado de tal maneira que, muitas vezes, autocensura e restrições comportamentais passam a não serem mais racionalizadas. Conforme Chris Brickell (2000, p. 163):

A heterossexualização do espaço urbano ocorre através de processos sutis e abertos, incluindo o autopolicamento de lésbicas e homens gays, sua exclusão física de espaços

¹⁰ A reportagem pode ser lida na íntegra em: < <http://bit.ly/1ghDk6j> >

específicos, a manifestação da desaprovação moral e ameaças ou mesmo o uso de violência física. Enquanto a heterossexualidade é onipresente, identidades homossexuais ‘públicas’ são frequentemente consideradas como tendo escapado de seu lugar legítimo - a esfera privada, a casa, o armário.

É preciso ressaltar, então, que a violência contra a comunidade LGBT vai muito além de aspectos físicos, mas também nos atos subcriminais (PAIN, 2001), como o assédio e a segregação homofóbica que reforça e relembra a algumas pessoas a sua vulnerabilidade. Em geral, a violência física surge quando as etapas anteriores de violência sociais e culturais se mostram ineficientes.

Na verdade, ironias, piadas, injúrias e ameaças costumam preceder tapas, socos ou surras. A recusa violenta de formas de expressão de gênero ou sexualidade em desacordo com o padrão é antecedida e até apoiada por um processo educativo heterossexista, ou seja, por um currículo oculto comprometido com a imposição da heterossexualidade compulsória. (MISKOLCI, 2016, p.35)

A imersão em uma sociedade hostil acarreta consequências diretas nas subjetividades LGBTs, já que são raros os ambientes seguros que cerceiam a possibilidade diária desses indivíduos serem alvos potenciais de ataques homofóbicos, criando uma sensação de insegurança ainda mais pungente que na sociedade heterossexual.

Como forma de prevenção à violência, a população LGBT americana, principalmente a masculina e de classe média, iniciou um processo de criação de comunidades gays que ampliaram os restritos espaços e redutos homossexuais nas cidades. Esse modelo de sociabilidade acabou sendo importado por diversas comunidades de grandes metrópoles mundo afora. Manuel Castells em sua incursão na comunidade gay do Castro em São Francisco no livro “*The City and The Grassroots: A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements*” (1983) começou a esboçar uma compreensão acerca de uma certa “gentrificação gay” ocorrida na cidade.

Discutida posteriormente por diversas epistemologias, a ideia embrionária de Castells ganhou contornos mais nítidos, sendo defendida por muitos estudiosos “como uma estratégia eficaz de planejamento e renovação urbana” (PORTINARI, 2015, p.7) a partir da percepção positiva das transformações e implicações na reabilitação urbanística ocasionada pelas comunidades LGBT.

Historicamente a comunidade LGBT enfrentou diversos desafios para sua inclusão social. Na história recente, primeiro em meio a patologização do comportamento

homossexual ocorrido a partir da década de 1960¹¹ (FOUCAULT, 2017) e, posteriormente, com a caracterização do HIV/AIDS, doença que abrange todos os indivíduos e sexualidades e que poderia ser encarada como uma doença infecciosa (como a Hepatite B), mas que, a priori, foi demarcada como o “câncer gay”, refreando os movimentos libertários da sexualidade que vinham ganhando força após o final da década de 1960. Os avanços no tratamento do HIV que conseqüentemente permitiram qualidade de vidas populações soropositivas, ocasionaram a diminuição do pânico instaurado durante o ápice da epidemia e ajudam hoje a superar, parcialmente, sua compreensão como uma doença própria dos homossexuais.

Essas visões negativas insurgentes periodicamente na sociedade que visam subjugar a comunidade homossexual ocorrem, em muito, devido ao que Miskolci (2016) enfatizou acerca da sociedade encarar a homossexualidade e os homossexuais como abjetos, compreendendo as implicações dessa visão em um entendimento da homossexualidade como algo não deveria ser visível. Para o autor (2016, p.44):

A experiência da abjeção deriva do julgamento negativo sobre o desejo homoerótico, mas sobretudo quando ele leva ao rompimento de padrões normativos como a demanda social de que gays e lésbicas sejam "discretos", leia-se, não pareçam ser gays ou lésbicas, ou, ainda, de que não se desloque os gêneros ou se modifique os corpos, o que, frequentemente, torna meninos femininos, meninas masculinas e, sobretudo, travestis e transexuais vítimas de violência.

A partir dessa ideia compreende-se como são gerados socialmente os sentimentos de repulsa da homossexualidade e, mais imperativamente, a ausência de sujeitos que explicitam, frente aos moldes dos padrões normativos, sua “instabilidade de gênero” na tessitura social. É nessa mesma perspectiva que se tem início, não apenas o impulso violento contra essas populações, mas também sua legitimação, bem como outras formas de imposições verticais da sexualidade “padrão” a indivíduos “não-normativos”.

Se, conforme Vieira (2011) os territórios urbanos, desde o início da civilização, se desenvolveram de acordo com as alterações demográficas, sociais e culturais que provocam novas clivagens e tipos de segregação socioespacial em seu ambiente, a dinâmica histórico-ideológica se exprime também no espaço urbano homossexual. Há,

¹¹ Lembremos que a transexualidade ainda figura como doença pela OMS no Código Internacional de Doenças (CID-10, disponível em: < <http://bit.ly/2uYeo08> >). Já no Manual Estatístico de Saúde Mental, o DSM-5, a transexualidade passou a ser considerada uma disforia, não mais um transtorno de identidade de gênero, o que mostra a tendência de ser retirada desses manuais da mesma forma como ocorreu com o HOMOSSEXUALISMO (sic) que deixou de ser doença em 1985 pelo CFM e em 1990 pela OMS, passando a ser chamado de HOMOSSEXUALIDADE.

certamente, um cerceamento social e espacial LGBT que delimita a exibição de suas sexualidades e afetividades dentro de áreas específicas, “negociadas” com a ampla sociedade. Isso, claro, nos grandes centros urbanos, pois representam regiões onde os binômios hétero-homo parecem mais difusos se comparados a experiência homossexual em pequenas cidades, que, quase sempre, são:

culturalmente mais homogêneas que as comunidades urbanas, estão menos expostas a diferentes estilos de vida, sendo os residentes rurais menos tolerantes à diversidade e mais conservadores das tradições vigentes, reprodutoras do preconceito e da desigualdade. (VIEIRA, 2011, p.10)

Os espaços específicos criados pelas variações da comunidade LGBT ao longo da história, são, portanto, não apenas redutos homossexuais dentro das cidades, mas também locais convívio e possibilidades afetivas e sexuais negados cotidianamente. Saunas, clubes de sexo, casas de S&M, *dark room* em boates, etc., são, muitas vezes, os ambientes mais lembrados quando entramos nesse aspecto, pois, para a sociedade heteronormativa - que, lembremos, abrange também grande parte da comunidade homossexual - esses comportamentos são considerados “desviantes”, visto que sua inteligibilidade parte do juízo de valor judaico-cristão heterossexista.

Esses ambientes, no entanto, são mais plurais que as limitadas concepções, envolvendo de pequenos espaços de sociabilidade como bares, casas de show e festas, às mais diversas esferas, como atividades esportivas, gastronômicas, turismo, etc. Como nos fala Menezes (2000, p. 937), os ambientes sociais LGBT não são simplesmente espaços físicos para experimentação (sexual e social) mais segura; nem é apenas fisicamente que poderemos ler a sua delimitação dentro da cidade, já que nesses locais se procede também a elaboração de um discurso coletivo de diferenciação positiva, de oposição ao discurso social acerca da homossexualidade. Num certo sentido, estes são também locais de resistência discursiva, de fronteiras de significação.

As vivências homossexuais, portanto, são plenas, em geral, apenas imersas nesses redutos. Mesmo assim, esses ambientes também segmentam seus frequentadores de acordo com questões que abrangem desde classe social, já que, em geral, os homossexuais de classe média convivem em espaços diferentes dos homossexuais periféricos à questões identitárias, dado ao fato de grande parte dos ambientes homossexuais se basearem em parâmetros normativos que costumeiramente execram desde homens gays afeminados a travestilidades e transexualidades.

Vieira (2011, p.16) analisando a obra “*Queer Visibilities: Space, Identity and Interaction in Cape Town*” (2009) de Andrew Tucker, nos fala que o autor contrapõe a ideia dos guetos como espaços libertários afirmando que só através da visibilidade LGBT no espaço e esfera pública que as sexualidades não normativas podem redefinir seu lugar social e, com isso, possibilitar a construção de elementos diferenciados de expressão urbana. Seria, portanto, através da saída de ambientes segregadores que a comunidade LGBT galgaria espaço social legítimo. É preciso questionar, porém, que diante de um quadro de violência enraizado, quem pode ser visível. A realidade é que quanto mais próximos aos assépticos aspectos heterossexuais os indivíduos LGBTs estiverem, menos complicada é sua aceitação nos meios sociais.

Com a popularização dos dispositivos móveis, a comunidade LGBT se viu imersa em um ambiente inexplorado e traçou o caminho natural de ocupação desses territórios. Se a afetividade homossexual não se vê liberta no espaço urbano, as cibercidades, mesmo que telematicamente, se apresentam como territórios de expressão comunicacional mais livre que se incorporam ao conjunto de hábitos da comunidade LGBT.

O *ethos* homodigital é ainda uma ideia embrionária em um contexto complexo que os homossexuais criaram para sua existência virtual em detrimento ao espaço físico restrito e violento. Aqui, objetivamos a exploração das relações entre homossexualidade, o espaço urbano e os meios digitais não de forma fenomenológica, visto que a análise de objetos específicos ignora, na maior parte das vezes, questões mais amplas como as características tecnossociais tão importantes na atualidade, afinal, como disse Castells (1999, p.25): “A tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”.

Dando pinta¹² nas cibercidades

Cidades digitais, cibercidades, cidade-ciborgue são alguns dos nomes dados as cidades que se transformaram a partir da expansão tecnológica de informação e comunicação. André Lemos (2004, p.2) compreende esses territórios como “cidades nas quais a infraestrutura de telecomunicações e tecnologias digitais já são uma realidade”. Nesse modelo sociocultural, há uma fusão entre espaços físicos e virtuais, especialmente a partir do uso de dispositivos móveis que permitiram a qualquer cidadão habitar ambos

¹² No pajubá a expressão “dar pinta” significa expressar afeminação, afetação, feminilidade por parte, geralmente, de homossexuais do sexo masculino.

territórios simultaneamente (FONTES; GOMES, 2013), criando novas sociabilidades e conviviabilidade a partir de fluxos comunicacionais remotos. Assim, para muito além de uma visão tecnicista, as cibercidades:

[...] são frutos das novas relações criadas no espaço virtual que permitem a troca de conhecimento entre os cidadãos, valorizando os aspectos sociais, culturais, intelectual e técnico de uma determinada sociedade. (NORONHA; TAVARES, 2012, p.4)

Seguindo o pensamento de Duarte (2006, p. 105) compreendendo que os saltos de complexidade de uma sociedade pelo agenciamento de uma técnica “faz emergir uma nova condição de cognição coletiva no mundo e por sua vez novos desejos gestados a partir desse novo referencial coletivo de pensar”, percebemos que, naturalmente, a popularização da internet e, especialmente, dos smartphones, foram fatores cruciais tanto na remodelação do espaço urbano contemporâneo quanto na criação de novas perspectivas e comportamentos a partir de seus usos.

O surgimento de novas tecnologias, apoiadas na computação e na internet, e sua fusão com tecnologias anteriores fez emergir, então, uma nova organização social baseada na informação e comunicação digitais. Essa sociedade informacional, imersa um momento histórico caracterizado por Castells (1999) como “era da informação e do conhecimento”, traz novas implicações políticas e sociais por conta de uma comunicação mais integrada, multimídia e interativa, se intrincando às dinâmicas da sociedade transformando de maneira definitiva as formas como as pessoas pensam, agem e, principalmente, se relacionam com outras.

Há em curso, portanto, uma reconfiguração da vivência urbana a partir da introdução dessas novas dinâmicas advindas de um ambiente cibercultural que reciclam as formas como as pessoas se relacionam a partir da adição de um “lugar” para além do território físico, o ambiente virtual. A partir da ótica de Castells (2005, p.273) que compreende a internet como “um instrumento que desenvolve, mas que não muda os comportamentos”; e que, ao contrário, os comportamentos apropriam-se da internet, amplificando-se a partir do que são, entendemos que os indivíduos sexualmente não-normativos se apropriam do amplo território virtual mediados por variadas ferramentas e suportes (NORONHA e TAVARES, 2012, p.66) para concretizar práticas que, no ambiente urbano, ficam majoritariamente segregadas a poucos espaços de sociabilidade.

Os avanços tecnológicos e as novas possibilidades de conexão e comunicação disponíveis desenvolvem, então, mais possibilidades de relação e afetividades, “de se

fazer presente no meio social e de se relacionar com a nova estrutura de espaço urbano que vem se formando” (NORONHA; TAVARES, 2012, p.61). Como Lemos (2004a, p. 2) coloca:

Não se trata da emergência de uma nova cidade, ou da destruição das velhas formas urbanas, mas de reconhecer a instauração de uma nova dinâmica de reconfiguração que faz com que o espaço e as práticas sociais das cidades sejam reconfigurados com a emergência das novas tecnologias de comunicações.

Dentro da discussão sobre as cibercidades, Lemos (2004), nos fala sobre a perspectiva de Manuel Castells (1999) que define os espaços urbanos em duas categorias: espaço de lugar (ruas; praças; espaço urbano físico) e espaços de fluxo (lugares criados a partir dos dispositivos móveis de conexão). Há, evidentemente, uma relação simbiótica entre essas duas esferas, já que, no campo relacional (mas não apenas nele), as interações mediadas por aparelhos tecnológicos e realizadas no ciberespaço, repercutem e se concretizam em encontros físicos¹³, além de serem interdependentes dado ao fato dos espaços de fluxos se caracterizarem também pelos espaços físicos “compostos de cabos, servidores, roteadores, hubs e toda infraestrutura necessária ao livre trânsito de informações digitais” (LEMOS, 2004, p.134).

Muitos críticos da sociedade em rede e das cibercidades questionam quem pode ser cidadão no ciberespaço, visto que a formação desses espaços pressupõe sua utilização pela ampla comunidade, sendo preciso, portanto, haver em todas as camadas sociais a possibilidade de utilização dos dispositivos tecnológicos. É claro que ainda hoje o uso desses dispositivos não abrange a totalidade dos indivíduos, mas de certo podem ser considerados hegemônicos, já que os computadores se encontram atualmente em 80% dos lares brasileiros e, até o final de 2017 teremos mais de um smartphone em uso por habitante¹⁴.

O que difere a ocupação dos ciberterritórios por gays, lésbicas, transexuais e todas as outras sexualidades e identidades que fogem da normatividade é que esses espaços foram ao encontro das necessidades de criação de ambientes libertários em que esses indivíduos pudessem exercer sua sexualidade e seus desejos sem o olhar social inquisidor. Além disso, o ambiente virtual fornece a possibilidade de estar em contato constante e

¹³ Para o autor, essas relações se concretizam em encontros “reais”, porém a definição de realidade dentro da cibercultura perpassa outras questões que não apenas da materialidade para definição do que é real e do que não é. Assim, optou-se por definir esses encontros como “físicos”.

¹⁴ Dados disponíveis em: < <http://bit.ly/2wjbt5q> >

permanente com outros homossexuais, “compensando” a limitação social desses indivíduos, por exemplo, não poder flertar livremente com pessoas que possam despertar interesse em um ambiente qualquer do espaço urbano. Além disso, a amplitude espacial e o anonimato são outras duas características que justificam a utilização da comunidade LGBT desses territórios.

Por estarem as cibercidades, interconectadas, não existe restrição física para a sociabilidade. Os ciberterritórios proporcionam, portanto, a interação de pessoas não só culturalmente diferentes, mas geograficamente distantes, enlaçando comunidades LGBTs distintas em espaços de convívio comuns, bem como de comunidades remotas ou distantes de conviverem virtualmente com as grandes comunidades das metrópoles. Isso pode favorecer que indivíduos LGBTs isolados geograficamente consigam se integrar a seus pares, gerando uma sensação de pertencimento.

Já a questão do anonimato permite que pessoas consigam ir em busca de seus desejos (reprimidos ou não) de forma “segura”. Essa característica vem, obviamente, carregada de um viés negativo, já que o anonimato virtual cria meios para práticas ilícitas ou mesmo violentas contra a própria comunidade¹⁵.

Se, conforme Duarte (2006, p.112), “o homem constrói tecnologias que constroem o homem e seus espaços”, o ciberespaço e a cibercidade seguem essa mesma tendência na ocupação e apropriação de seus usos pela comunidade LGBT. Na verdade, como evidencia Vieira (2011, p.9), essa tentativa de apropriação é historicamente uma característica da própria da comunidade gay:

A ocupação do espaço público urbano sempre foi considerada como um fator importante para o desenvolvimento sociedades contemporâneas. A facilidade de encontro sempre foi potenciada por uma acessibilidade maior ao espaço público, as ruas, as praças... e outros espaços múltiplos. A busca por lugares de encontro e maior interação social sempre foi uma característica da comunidade gay que, como alternativa, buscava (e ainda busca) refúgio em determinados pontos das grandes cidades, dos quais “se apropria”.

Nessa perspectiva, com a popularização dos computadores e da internet foram criados sites de relacionamento como o Manhunt e salas de bate-papo, como o Bate-Papo UOL. Com o salto da popularização dos smartphones e da internet móvel proliferaram-se diversos aplicativos e plataformas especificamente voltadas a interação afetiva e sexual de indivíduos da comunidade LGBT, como Grindr, Scruff, Hornet e Growlr e outros utilizados para todo tipo de sexualidade, como o Tinder e Happn.

¹⁵ “Golpista usa aplicativo de paquera para atacar jovens gays em SP”. Disponível em: [<https://bit.ly/2KcZs6p>].

Essas novas dinâmicas afluem em uma comunidade LGBT cada vez mais dependente dessas plataformas digitais como gatilho para encontros e relacionamentos duradouros. Uma pesquisa¹⁶ realizada pelo Instituto Kirby da Universidade de Nova Gales do Sul, na Austrália constatou, através da entrevista de 4215 homens homossexuais e bissexuais que 80% dos relacionamentos homoafetivos masculinos tem início nos ambientes online. A pesquisa, no entanto, se concentrava em compreender como tinham início os relacionamentos estáveis dentro da comunidade gay australiana, tendo a questão dos encontros sexuais casuais fora dessa equação. Mesmo assim, Lucienne Bamford (2015), parte da equipe do estudo, constatou que:

as comparações entre homens que usam métodos de encontros on-line para encontrar parceiros e aqueles que não, estão provavelmente descritas mais corretamente hoje em dia como comparações entre homens que procuram ativamente parceiros sexuais e românticos e aqueles que não estão. Na verdade, a população de homens gays e bissexuais que utilizam a internet para esse fim agora é amplamente equivalente a todos os homens homossexuais e bissexuais sexualmente ativos.

Isso demonstra que contemporaneamente há uma amálgama entre as afetividades homossexuais e o ambiente digital. Contudo, é preciso lembrar que a experiência homossexual, mesmo transpassada pela vivência das cibercidades, é, logicamente, dependente das estruturas físicas dos espaços urbanos. Assim, a sexualidade não deixa de representar uma problemática (as vistas da sociedade heteronormativa) quando as relações iniciadas no ciberespaço se concretizam no espaço urbano.

Da mesma forma como os guetos homossexuais sofrem críticas por não baterem de frente com a sociedade, para muitos, os ambientes online acabam por fazer o mesmo. De certo, essa restrição de uso dos espaços públicos e a ida para os territórios digitais podem ser encarados, como apontado Portinari (2015, p.19), como uma gentrificação que “parece andar de mãos dadas com alguma forma de intensificação da violência e do controle”. No entanto, outras ferramentas de sociabilidades digitais podem criar outras potências, como o agrupamento da comunidade LGBT em fóruns e grupos de discussão que desenvolvem meios para impactar o espaço urbano ou mesmo a utilização dos blogs, como plataforma denunciativa dos crimes de homofobia promovida pelo Grupo Gay da Bahia “Quem a Homofobia Matou Hoje?¹⁷”.

¹⁶ Disponível em: < <http://bit.ly/2welnpR> >

¹⁷ A página divulga todos os casos de morte de pessoas LGBT a partir da noticiabilidade dessas mortes em veículos de comunicação. Disponível em: < <http://bit.ly/1OqY89Z> >

A realidade atual que mescla elementos virtuais e físicos e que constrói simultaneamente uma cibercidade dependente dos espaços urbanos possibilitou a criação de ambientes de encontro digitais para uma comunidade que restringia sua sociabilidade plena a redutos homossexuais. A comunidade LGBT a partir da apropriação das tecnologias digitais iniciou um uso particular dos dispositivos móveis na busca de novos espaços de convívio que propiciem relações baseadas na amizade, no sexo, como em relacionamentos duradouros a partir, principalmente, da criação e do uso de aplicativos em smartphones.

Essa relação, progressivamente intrincada aos hábitos da comunidade LGBT vão se tornando cada vez mais uma característica comum de seus indivíduos. Se por um lado a utilização desses espaços é positiva visto a se apresentar como ambiente de expressão para indivíduos compulsoriamente tutelados a restringir seus comportamentos, por outro, faz com que esses mesmos indivíduos percam a sensibilidade da necessidade da luta por sua integração social legítima, além de perder, até certo ponto, a organicidade que as relações desenvolvidas “naturalmente” permitem.

Ponderando e Lacrando¹⁸

A vivência humana está cada vez mais mediada por aplicativos e dependente dos meios digitais. O cotidiano permeado pelo ciberespaço passa a ser encarado como característica da sociedade contemporânea informatizada que projeta seus desejos e necessidades na mediação telemática dos celulares e computadores. Contudo, mesmo que essa mudança não se restrinja à população LGBT, a busca por relações afetivas e sexuais para essa comunidade se encontra cada vez mais dependente dos aparatos tecnológicos acrescentando esse traço ao *ethos* da comunidade LGBT.

O que diferencia a relação das sexualidades não normativas com os meios digitais da sociedade como um todo é o fato de, para esse, o espaço urbano ser negado sistematicamente, sendo a internet um refúgio de segurança na busca por integração com seus pares e por parceiros. Além disso, os diversos aplicativos e suas segmentações de usuários, diferente das variações do espaço urbano que dividem os indivíduos geralmente por sua classe social¹⁹, separam grande parte dos usuários por suas subculturas e por seu

¹⁸ No pajubá o termo “lacração” significa “arrasar”; “fazer algo com excelência”; “encerrar”.

¹⁹ Vale ressaltar também que as classes médias e altas urbanas vêm ganhando cada vez mais visibilidade, não sendo possível negar sua existência, mas continuam sendo cobradas do cumprimento das expectativas de gênero e identidades e um estilo de vida que mantenha a primazia heterossexual (MISKOLCI, 2016,

interesse no mundo digital (sexo, relacionamento, redes de relação, etc.), tornando mais simples o processo de encontrar parceiros dentro de expectativas.

A ida dos homossexuais para os espaços de sociabilidade virtuais acompanhou a nova lógica social, mas concomitantemente acompanhou também a escalada da violência contra essas populações, ou, ao menos, a maior visibilidade desses crimes, o que, apesar de denunciar efetivamente a vulnerabilidade dessas populações, também colabora para o aumento do medo.

Logicamente não foi somente a exclusão das sexualidades não normativas dos espaços públicos e a homofobia que impulsionaram o alinhamento entre homossexualidade e ambientes digitais. Essas características, apontadas aqui como fatores decisivos, se juntam a outras, pertencentes a ampla sociedade contemporânea, como a liquidez dos relacionamentos, cada vez mais fluidos e fragmentados, a falta de tempo na vida corrida cotidiana, a facilidade de comunicação proporcionada por tais meios e, logicamente, o cercamento tecnológico que nos envolve cotidianamente.

Para Miskolci (2016, p.33), a sociedade incentiva uma existência homossexual “comportada”, no fundo, reprimida e conformista, de lidar com o desejo, inclusive por meio da forma como persegue e maltrata aqueles que são cotidianamente humilhados através de xingamentos, exclusão social ou mesmo violência física. Com isso, socializar-se para as dissidências sexuais muitas vezes são processos imbricados na recusa de si e na tentativa dolorosa de adequação às expectativas sociais, podendo, o ambiente das cibercidades serem encarados como uma fuga parcial a esses enfrentamentos.

Logo, o levante homossexual de uso das estratégias digitais em suas relações pode também ser interpretado aos moldes de Portinari (2015) como um esforço social conjunto que leva a gentrificação tanto social quanto do espaço urbano a partir do cercamento da comunidade homossexual aos redutos da cidade e a ambientes específicos do ciberespaço, restringindo sua comunicação orgânica que, restrita à esfera privada, continuam sendo invisibilizadas. Como coloca a autora (PORTINARI, 2015, p. 14):

Isso que toma hoje o lugar da velha homossexualidade é verdadeiramente um “novo paradigma”, ou será apenas mais uma torção e mesmo uma intensificação do dispositivo da sexualidade, a produção multiplicada de uma diversidade sexual “gentrificada” em que nada mais escapa aos discursos, às identidades e práticas regulamentadas e às apropriações por uma esfera cada vez mais ampliada, maleável e interconectada de técnicas e estratégias do poder?

p.45). Pior ainda é a situação das camadas mais populares que além de sofrerem as opressões sociais de gênero e identidade, são oprimidas por sua condição financeira e muitas vezes por questões raciais.

Viver em um ambiente que persegue vivências fora do padrão e que as retalia e as violentam induz os indivíduos a adotarem comportamentos heterossexistas (MISKOLCI, 2016, p.34). O que pode ser visto, então, como uma saída à violência, por certa ótica, funciona também como reprodução do comportamento esperado dessas comunidades, ou seja, uma privatização de suas sociabilidades e práticas. A apropriação dos espaços digitais é, então, dúbia, pois enquanto ajuda os indivíduos homossexuais a desenvolverem sua sexualidade de forma mais plena, ela também segrega e legitima espaços públicos como pertencentes à heteronormatividade que, dessa forma, se reafirma como um regime de visibilidade e modelo regulador das formas de relação (MISKOLCI, 2016, p.45).

É claro que as relações iniciadas nos ciberterritórios se desdobram no espaço físico urbano, existindo, portanto, uma relação intrincada entre as duas dinâmicas. Diferente da ampla sociedade as quais os espaços ideologicamente pertencem e que, portanto, usam todo o espaço urbano para o flerte e dinâmicas de relações orgânicas, para a comunidade LGBT o ambiente digital se apresenta como meio relacional que permite saber de antemão o interesse do outro indivíduo. De qualquer maneira, a consequência de saída desses espaços para uma vivência física que desafiem as fronteiras pré-determinadas de “esfera privada” e “esfera pública” podem ser extremamente poderosas e perturbadoras, visto o “pânico” social que um beijo de um casal lésbico ou gay pode aparentemente provocar numas das ruas de muitas cidades (VIEIRA, 2000, p.14).

Não se trata aqui, entretanto, de caracterizar os homossexuais como vítimas ou algozes desse fenômeno, caindo no entendimento simplista que joga a culpa nos próprios indivíduos. O objetivo é, aos moldes de Miskolci (2016, p.46), perceber como estamos todos “implicados em regimes de normalização e compreender isso exige não nos apegarmos a uma forma vitimizadora de compreender as normas e convenções sociais”, mas de compreender de maneira holística se as conquistas de espaços são realmente vitórias ou concessões. Dessa qualquer maneira, mesmo percebendo as motivações e as vantagens da utilização dos espaços ciberterritoriais pela comunidade LGBT, percebe-se que é preciso, concomitantemente, que haja uma contínua incursão no espaço urbano para tomada e torção de valores e ambientes.

Referências Bibliográficas

BRICKELL, Chris. **Heroes and Invaders: gay and lesbian pride parades and the public/private distinction** in Gender, Place and Culture, Vol. 7, No. 2, pp. 163–178. New Zealand, 2000. Disponível em: < <http://bit.ly/2i3jYwb> >

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Internet e sociedade em rede**. in Dênis de Moraes (org.), Por uma outra comunicação – mídias, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **The City and The Grassroots: A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements**. Berkeley: University of California Press, 1983.

DUARTE, E. **Desejo de cidade – múltiplos tempos, das múltiplas cidades, de uma mesma cidade**. In: PRYSTON, A. (Org). Imagens da cidade: Espaços urbanos na comunicação e cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2006. Disponível em: < <http://bit.ly/2uSp7gz> >

FONTES, Gabriela; GOMES, Icléia. **Comunicação e a Reconfiguração de Práticas Sociais**. Londrina: Revista Informação v. 18, p. 60 – 76, 2013. Disponível em: < <http://bit.ly/2vS6jLt> >

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade do saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

LEMONS André. (Org.). **Cibercidade: as cidades na cibercultura**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

_____. **Cidade-Ciborgue: a cidade na cibercultura**. São Paulo: Revista Galáxia, n.8, 2004. Disponível em: < <http://bit.ly/2wYF0iM> >

MENESES, Inês. **Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa in Análise Social**. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, vol.34, nº153, 2000. Disponível em: < <http://bit.ly/2vNvIaX> >

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

NORONHA, Karla; TAVARES, Olga. **Cibercidades no ciberespaço: novas possibilidades de cidadania na internet**. João Pessoa: Revista Temática, Ano VIII, n.10, 2012. Disponível em: < <http://bit.ly/2wrh1l1> >

PAIN, Rachel. **Gender, Race, Age and Fear in the City**. Glasgow: Urban Studies Vol. 38, No. 5/6, 2001, pp. 899-913. Disponível em: < <http://bit.ly/2vNc9iZ> >

PORTINARI, Denise. **A gentrificação do queer e as intensificações do biopoder**. Florianópolis: 37ª Reunião Nacional da ANPED, 2015. Disponível em: < <http://bit.ly/2x0mNkZ> >

VIEIRA, Paulo Jorge. **Cidades Torcidas: uma abordagem conceptual sobre (homo)sexualidades e espaço urbano**. Belo Horizonte: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011. Disponível em: < <http://bit.ly/2uZ3Mgo> >